

GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS POR MULHERES

GABRIELA FERREIRA PIRES¹
TAINAH RAIANNE DOS SANTOS GARBIM²

Resumo

O presente artigo teve como objetivo compreender as atividades desempenhadas por duas agricultoras rurais residentes no município de Tupã, a fim de verificar a importância da sua participação na propriedade rural. Para alcançar os objetivos traçados, a metodologia deste estudo foi composta por revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas aliada à observação sistemática. Os resultados demonstram que apesar de as mulheres rurais exercerem um papel fundamental nas propriedades rurais com o exercício de diversas atividades, sendo elas agrícolas e não-agrícolas, nota-se que a desigualdade de gênero existente na sociedade ainda afeta como elas são vistas e se enxergam, fazendo com que isso resulte em significativa falta de valorização e reconhecimento das mulheres rurais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Mulheres rurais. Trabalho feminino.

¹ Mestranda da Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (UNESP), gabyf.p@hotmail.com.

² Graduada em Nutrição (ESEFAP), taahazevedo_@hotmail.com.

Introdução

Ao longo da história da humanidade, a mulher sempre esteve presente desenvolvendo um papel importante na sobrevivência do grupo familiar, seja na criação e educação dos filhos, nos afazeres no campo, arando, carpindo, colhendo, plantando, cuidando dos animais, dentre diversas outras atividades, mas apesar de sua significativa importância na dinâmica da unidade de produção, sendo ficou as margens das decisões masculinas, tendo seu trabalho desvalorizado e sem reconhecimento (MESQUITA, MENDES, 2012; PASTÓRIO, ROESLER, 2014).

De acordo FAO (2009) as mulheres rurais são maioria entre os membros não remunerados, comprometendo sua autonomia pessoal e financeira, para além disso, contam com níveis baixos de escolaridade e taxas elevadas de analfabetismo, fato esse que demonstra a desigualdade de gênero vivenciada por muitas mulheres rurais e que afeta diretamente na falta de visibilidade de seus papéis e oportunidades dentro da propriedade rural. Nesse sentido, o trabalho tem o intuito de compreender quais são as atividades desenvolvidas pelas mulheres e verificar a importância de seus papéis.

Para responder à pergunta acima, os objetivos específicos desse trabalho foram: identificar sua participação na produção, na tomada de decisão e caracterizar suas atividades na alimentação e demais afazeres.

Justifica-se a escolha dessa temática, por ser um assunto importante não somente no meio acadêmico, mas também para a sociedade de forma geral, pois acredita-se que deva ser mais debatido por conta da importância da mulher na propriedade rural e para a sobrevivência da agricultura familiar, além disso, espera-se o tema possa contribuir para uma mudança de paradigma a respeito de gênero na agricultura familiar.

No intuito de alcançar os objetivos traçados, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, a fim de entender as percepções das agriculturas, por meio de três etapas. A primeira se deu pela seleção de referenciais teóricos que contribuíram para compreender a temática de gênero no campo e elaboração das entrevistas semiestruturadas. A segunda foi a entrevista propriamente dita com duas mulheres, sendo uma na propriedade e outra em um escritório de advocacia. Aliado à entrevista foi feita a observação sistemática para enriquecer o trabalho e captar informações que fossem relevantes, porém que não foram ditas. Após coletadas as evidências, foram analisadas e dispostas nos resultados.

1 Agricultura familiar

Pode-se encontrar na literatura diversas contribuições para a delimitação conceitual do termo agricultura familiar, dentre as vertentes concebidas se destacam duas: uma que acredita que a agricultura familiar é uma nova categoria moderna, criada através de transformações usadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, e outra que acredita ser a agricultura familiar brasileira uma definição em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN, 2007).

A agricultura familiar não é uma categoria nova nem tampouco recente na sociologia rural, entretanto, sua utilização, com o significado e a abrangência, assume um termo de novidade e renovação. Muito tem se falado de uma agricultura familiar sendo um novo termo, diferente do camponês tradicional, que então teria assumido sua condição de produtor moderno (WANDERLEY, 2013).

Quando o governo cria uma política pública voltada para este setor, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF ou quando aplica a Lei 11.326/2006 (a primeira a fixar diretrizes para o segmento), a ferramenta utilizada para delimitar o público foi seu conceito “operacional”, inserido na caracterização geral de um grupo social bem heterogêneo. No meio acadêmico por sua vez, encontra-se diversas críticas sobre o conceito de agricultura familiar, sugerindo um tratamento mais analítico e menos operacional (BRASIL, 1996).

Em relação ao conceito clássico de camponês, Cardoso (1987, p. 56) destaca quatro características. O primeiro seria aquele que tem acesso estável à terra, sendo em forma de propriedade ou mediante algum tipo de usufruto; o segundo caracteriza-se pelo trabalho predominantemente familiar, não excluindo o manuseio de trabalho externo, de forma secundária; a terceira característica seria a autossustentabilidade adicionada a uma vinculação ao mercado, permanente ou eventual; o quarto e último seria o grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas exercidas, ou seja, nas escolhas sobre quando e o que plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

Para Mesquita e Mendes (2012) a agricultura familiar é um conceito que caracteriza as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família, cuja atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família. Essa atividade se originou vinculada à história do regime colonial e sempre esteve relacionada com as transformações socioeconômicas vividas no campo.

A agricultura familiar vem ocupando um espaço de destaque na sociedade brasileira, principalmente nas áreas econômicas e sociais, sendo reconhecida como um meio de preservação do meio ambiente, conservação dos recursos ambientais e mobilização social comunitária, além de ser uma alternativa de organização que contrapõe a forma tradicionais de organização do meio rural (RAMOS, 2014).

2 Mulheres rurais

Desde jovens, as mulheres no âmbito das atividades produtivas e da unidade familiar são subalternas, sendo subordinada à autoridade dos pais até o casamento e à do marido após o casamento, para além disso, seja vivendo com os pais ou casada, suas atividades são limitadas aos trabalhos domésticos e a denominada ajuda e/ou complemento ao trabalho desenvolvido pelo homem na agricultura (RÖHNELT; SALAMONI, 2010; MESQUITA, 2012; BUTO, 2011).

A força de trabalho realizada pelo sexo feminino muitas vezes não é vista como um trabalho, mas sim como uma extensão dos afazeres domésticos, para além disso, observa-se a submissão e a obediência destas aos homens, seja pai ou marido, fator existente desde que o patriarcado era responsável por deter o poder familiar (VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016).

De acordo Brumer (2004) muitos estudos já examinaram a questão da divisão do trabalho rural, podendo-se entender que a questão do gênero faz com que as mulheres ocupem uma posição subordinada e seu trabalho é compreendido como um auxílio, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

A invisibilidade existente na sociedade por conta da divisão das atividades por sexo nas áreas rurais, mostra-se evidente nas estatísticas sobre duração da jornada de trabalho, onde as mulheres que desempenham a atividade agropecuária trabalhariam praticamente a metade

da jornada média dos homens, no ano de 2006 enquanto os homens trabalhavam em média 39 horas semanais, as mulheres rurais declararam trabalhar apenas 21 horas, dado esse que deixa nítido que as mulheres não definem suas atividades agropecuárias como trabalho, mas sim, como extensão dos afazeres domésticos (BUTO, 2011).

Além disso, as relações patriarcais no campo compreendem o homem como representante dos interesses do conjunto e o responsável por deter o poder de decisão, sendo assim, a família se organiza em uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos, onde o sexo feminino é responsável pela maternidade, como parte de um destino biológico, reforçando a falta de reconhecimento tanto de suas atividades domésticas, como de seu papel econômico (NALU, 2011), o trabalho delas então acaba se tornando invisível, esquecidos e desvalorizados pela sociedade, mesmo que elas participem ativamente do trabalho na agricultura (AGUIAR, 2016).

Pode-se observar então, que as desigualdades ainda marcam a vida das mulheres rurais, por conta da existência divisão sexual do trabalho (BUTO, 2011), contudo, existem mulheres que estão em busca de sua valorização no espaço rural, no item abaixo, vamos tratar sobre a luta que está crescendo no país.

Sabe-se que o feminismo se tratando no Brasil ainda está longe de ser um consenso na sociedade como um todo, isso ocorre por diversos fatores, sejam de resistência cultural ou política, nesse sentido, destaca-se a importância da implantação de políticas públicas voltadas para mulheres que enfrentam essas barreiras e também a necessidade de movimentos para elas se fortalecerem e se reafirmarem, para se articularem e alcançarem seu devido reconhecimento (VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016).

As questões relacionadas à gênero vêm ganhando importância no debate sobre o desenvolvimento do meio rural, seja em estudos empíricos, como também na construção e implantação das políticas públicas, particularmente nos aspectos relacionados à participação das mulheres no âmbito produtivo e social, principalmente, intrafamiliar na pequena produção rural (STADUTO; NASCIMENTO; SOUZA, 2013).

O feminismo vem avançando no mundo, contudo no Brasil caminhou devagar, principalmente no meio rural, apesar da criação e implementação de políticas públicas voltadas as mulheres agricultoras, nota-se que ainda são menos remuneradas, sofrendo com desigualdade e restrições (VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016).

Segundo Gaviria e Pezzi (2007) existem diversas áreas estudadas que já observaram que as mulheres se comparadas aos homens, têm maior interesse em sair das zonas rurais, e por isso projetam suas vidas fora das áreas agrícolas, contudo, esperam que a propriedade familiar seja mantida, esse fenômeno é compreendido por conta de um estímulo ocasionado pela insatisfação feminina dos seus papéis e posições sociais no espaço rural.

A superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres, no final dos anos 80, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, onde estavam reivindicando sua afirmação como trabalhadoras agricultoras, questionando as relações de poder existentes dentro das propriedades rurais, lutando por direitos econômicos e sociais (BUTO, 2011).

Para Nalu (2001) a luta das mulheres rurais, teve como ponto fundamental o acesso à renda, onde buscam seu o direito à documentação, o reconhecimento como sujeitos autônomos independentes, pois até então se reconhecia o homem como chefe representante dos interesses do conjunto da família, Buto (2011) acrescenta que nos anos 90, essas principais reivindicações incluíam o interesse em participar de maneira igualitária nas

políticas públicas da agricultura familiar e da reforma agrária. Essa década foi fortemente caracterizada pela luta das mulheres, em busca de participação nos diferentes espaços e sua inserção e reconhecimento efetivo da questão de gênero no interior das organizações de trabalhadores rurais (AGUIAR, 2016).

Nos últimos anos, as mulheres estão reivindicando fortemente sua a inserção nas atividades produtivas, voltadas ao crédito, políticas de comercialização e assistência técnica especializada, além de ações dirigidas a dar visibilidade às diversas formas de reprodução social da agricultura familiar camponesa, que destaca a contribuição do trabalho das mulheres para a melhoria da segurança alimentar e nutricional da família (BUTO, 2011).

Abag (2017) comenta a questão da falta de estudos acerca do trabalho da mulher no campo, por ser pouco explorado, muitas vezes acabam por não terem visibilidade dentro das atividades exercidas, mas nem por isso são menos importantes.

Perrot (2007) traz uma ideia muito interessante sobre as sociedades agrícolas, afirmando que dificilmente conseguem se desenvolver sem a contribuição da mulher, mesmo sem elas terem antigamente seu devido reconhecimento e remuneração, elas sempre estiveram presentes nas atividades. Nesse sentido, deve-se considerar que as mulheres têm grande importância dentro da propriedade rural, uma delas se trata da disseminação de bens simbólicos, que são transmitidos de uma geração a outra, sendo assim, elas têm um papel crucial como elemento da reprodução: como guardiãs e transmissoras privilegiadas de valores (CARNEIRO, 2001).

O trabalho feminino contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar, pois não são somente as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, mas desempenham um papel fundamental no trabalho relacionado a lavouras e a criação de animais, nesse sentido, elas possuem uma significativa importância na dinâmica da unidade de produção, interferindo diretamente nas diferentes esferas de atuação produtiva e reprodutiva. (MESQUITA, 2012)

Observa-se que ao decorrer do tempo cresce a questão da mulher no tema de produção na agricultura familiar, de acordo o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2015) é de grande importância o reconhecimento das mulheres rurais como protagonistas no espaço rural, além disso, acrescenta que existem secretarias e plano que dão suporte para elas, buscando incluí-las nas políticas. Isso se dá pelo fato da relevância atuação das mulheres dentro do campo.

A valorização das mulheres deve ser vista como uma forma de garantir o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, pois elas contribuem para manter a família no campo, além de trabalharem tanto nas atividades domésticas, cuidando da casa e da família, quanto realizando outras atividades, seja o processamento dos alimentos, a manufatura, na sobrevivência e reprodução da família e na complementação da renda familiar, nesse sentido, reconhecer o papel da mulher é uma necessidade, e para que seja feita, é preciso de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem à equidade, à solidariedade e a inclusão social, assim como, as mudanças nas relações de gênero (MESQUITA, 2012).

RESULTADOS

Agricultora A

A primeira entrevistada, tal qual foi nomeada como agricultora A, a fim de preservar sua identidade, tem 38 anos de idade, é casada, mora em uma chácara, tem dois filhos, sendo

uma menina de oito e um menino de 14 anos, trabalha como agricultora familiar a mais de vinte anos.

Em relação à propriedade de terra, o marido é o único proprietário. Quando questionada sobre a existência de aptidão do programa Pronaf, a agricultora não soube responder pois não tinha conhecimento sobre ele, contudo, seu marido, que estava junto na entrevista, tomou a liberdade de responder, alegando que não fazia parte do programa.

A propriedade tem uma área de 1 alqueire, onde somente o marido e a entrevistada trabalham, e no período de plantio e colheita contratam uma pessoa para auxiliarem, pois, por ser um espaço pequeno não existe a necessidade de maior contratação. Nesse sentido, os contribuintes para o desenvolvimento da atividade são os dois, sendo eles responsáveis pela geração de renda. Os produtos comercializados são: alface, tomate e pepino.

Em relação as atividades desempenhadas pela agricultora dentro da propriedade: comercialização, contudo, quando há necessidade, ela também responde pela colheita e o marido pelo plantio.

Quando questionada sobre o porquê não fazer parte do plantio, ela respondeu que o motivo era a falta de tempo, pois desempenha atividades como dona de casa, mãe, vendedora e acrescentou que fazer todas essas coisas *“e trabalhar, não dá certo”*. Vale ressaltar esse último comentário feito pela entrevistada, reforça o que muitos autores expõem, no sentido de que ela acredita que as outras atividades mencionadas não sejam denominadas como trabalho, fator esse que contribui para a desvalorização de todo o trabalho desenvolvido dentro das propriedades.

A tomada de decisão foi questionada e prontamente respondida, apontando que o marido era o responsável, contudo, depois reformou dizendo que é feita em conjunto, essa reação pode ser entendida por conta de um medo existente no espaço rural, em vista de que existe a crença de que o homem é o ser dominante e a mulher subordinada.

Na preparação dos alimentos, foi dito que os dois são responsáveis, e diariamente a alimentação é baseada em arroz, feijão, salada, legumes e carnes, e no horário de se reunir para comer, os recursos tecnológicos, como celulares e televisões ficam desligados, isso mostra o intuito de manter as relações familiares fortes, não deixando que esses recursos interfiram no momento na refeição.

Quando questionada sobre como enxerga seu papel dentro da propriedade, a priori ela não soube como responder, contudo, argumentou como ajuda, apontou ser importante seu papel, pois acredita que o marido precisa de sua *“mão”*. As palavras utilizadas pela agricultora, como ajuda e mão, reforçam o que foi discutido anteriormente sobre a visão que elas têm sobre seu trabalho, sendo esse inferior ao dos homens, como um auxílio.

Sobre a venda e os afazeres domésticos, ela alegou que é feito em conjunto, pois se um precisa ir à cidade vender os produtos, o outro fica responsável pelos serviços de casa, ficar com as crianças, cuidar da horta, as refeições, e acrescentou *“não é eu sou melhor do que ele ou ele melhor do que eu, aqui em casa é tudo igual por igual, se ele faz, eu também faço, tem que lavar roupa, ele também lava, tem que passar roupa, ele também passa”*. Essa fala expressa a igualdade entre os dois dentro da propriedade para o trabalho doméstico e a comercialização.

A rotina desempenhada funciona pela agricultora se inicia no período da manhã, do qual ela é responsável pela venda dos produtos da horta no município de Tupã, duas vezes por semana e a tarde em Herculândia, porém, todos os dias.

Por fim, vale mencionar que além de todas as atividades alegadas pela entrevistada, ela também trabalha com a revenda de produtos cosméticos, que contribuem para a renda familiar, além de dar a ela autônima.

Agricultora B

41 anos, casada, mora em uma chácara, dois filhos, sendo uma menina de 11 e um menino de quatro anos, ela trabalha tanto como agricultora como pecuarista, além de ser advogada, atuando a mais de nove anos, e, como agricultora, trabalha a mais de 20 anos.

É filha do proprietário, e seu pai tem aptidão ao Pronaf. Sobre a propriedade, não tem empregados permanentes, mas contratam um boia-fria, quatro dias mais ou menos por mês para roçar o pasto, por conta de ser um espaço pequeno, eles não precisam de mais pessoas.

São quatro pessoas que contribuem para a manutenção da atividade agrícola, sendo ela, o marido, a mãe e o pai. A área da propriedade é composta por 3 alqueires e uma quarta.

As atividades desenvolvidas por ela são: a ordenha que é feita todos os dias no período da manhã e à tarde, esse leite é vendido para uma empresa de laticínios de um município próximo, trabalha também com um tanque de peixe, alimentando-os e cuidando da qualidade da água, mas esse é para consumo, além desse, existem três tanques mas atualmente estão utilizando um, porém há pretensão em ampliar para os outros dois, cuida também da horta, onde tem (cebolinha, alface, couve, rúcula, almeirão) que também é para consumo, e a estufa que ela está montando para a venda de legumes, é responsável a área irrigada, pela troca dos aspersores para irrigar outra área e a adubagem do pasto, roçagem, arrumação da cerca.

O responsável pela tomada de decisão é o proprietário, novamente é possível observar que apesar do trabalho ser tanto quanto o do homem, ainda assim, não responde pelas decisões.

Em relação à alimentação, eles comem verdura, porco, leite, arroz, feijão, carne, mas não ocorre a alimentação todos juntos porque cada um tem seus afazeres, mas no almoço geralmente todos juntos, mas a preparação da comida é feita pela mãe da agricultora.

Sobre como enxerga o papel dentro da propriedade acrescentou que o papel dela é fundamental, que é além de uma ajuda, nessa entrevista, pôde notar-se um olhar diferente em relação a ser uma ajuda, mostrando que entende a importância de seu papel para a sobrevivência da agricultura e da própria propriedade.

Por fim, ela acrescenta: *“a mulher pode conseguir o que quiser, se for pesado ela vai pedir ajuda, ela vai arrumar um meio de conseguir, agora se não quiser, ela vai dizer, eu sou mulher, o que move, é o desejo de querer”*. Reforçando sua força para desenvolver as atividades no campo.

A pesquisa aponta como resultados que as mulheres atuam na propriedade como protagonistas e que praticam além da atividade agrícola, mas também que contribuem para a diversificação das fontes de renda familiar, estas que podem auxiliar para um aumento na autonomia e na autoestima, como a revenda de produtos cosméticos e a atuação na área de advocacia.

Diante dos relatos, foi possível observar que uma das mulheres se denominam como ajudantes, o que reforça citações feitas por autores³ apontamos na revisão bibliográfica, contudo, ao decorrer da entrevista nota-se que a agricultora A aponta diversas atividades

³ (BRUMER, 2004; RÖHNELT; SALAMONI, 2010; MESQUITA, 2012; BUTO, 2011; VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016).

desenvolvidas na propriedade que reforçam seu caráter fundamental para a sustentabilidade da atividade agrícola. Acredita-se que o fato de o marido estar presente durante grande parte da entrevista possa ser interferido em suas respostas, ao contrário da agricultora B, que estava sozinha no dia da entrevista, onde conseguimos notar uma diferença entre algumas respostas mais empoderadas se comparadas com a agricultura A, isso nos faz confirmar o que alguns autores dizem em relação a submissão que as mulheres estão sujeitas até os dias atuais.

Outro fator interessante a ser apontado, é em relação ao preconceito, pode-se observar que apesar de a mulher ter capacidade e habilidades para o trabalho agrícola, ainda é visível a discriminação e também pela falta de políticas que as reconheça e valorize como trabalhadoras, interfere negativamente no seu crescimento.

Ademais, as tomadas de decisões são feitas pelo marido ou pelo pai, como no caso da agricultora B, portanto, por mais que elas sejam responsáveis por diversas atividades que são imprescindíveis dentro da unidade familiar, ainda sim, não tem o poder da decisão.

É transparente que a visão da maioria das pessoas ainda é de que o campo é um ambiente masculino, pensando-se que a atividade agrícola somente depende de força, contudo, em conversa com as agricultoras, fica claro que para a manutenção da agricultura familiar, é preciso não somente das atividades denominadas como “pesadas”, mas é essencial as “leves”, como a delicadeza mencionada para o cultivo e colheita de determinados produtos.

Por mais que as mulheres estevam no campo e trabalhem tanto quanto os homens, ainda existe a ideia de que são somente ajudantes, porém, os resultados obtidos com as entrevistas, mostram que as mulheres são responsáveis por diversas atividades, seja como esposa, mãe, dona de casa e agricultora familiar, são multifuncionais e capazes de realizar atividades de diferentes tipos, estas que, apesar de serem vistas como simples afazeres domésticos, são fundamentais para a manutenção das propriedades rurais.

Apesar das mulheres estarem ao longo dos anos por meio de lutas, conseguindo a criação de políticas públicas voltadas para o meio rural, que podem contribuir significativamente para a desigualdade, ainda sim, nota-se a existência de uma dominação masculina no campo e um pensamento negativo e preconceituoso em relação as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou verificar quais são as atividades desenvolvidas pelas mulheres nas propriedades rurais e sua importância. Mediante as entrevistas semiestruturadas foi possível constatar que as mulheres entrevistadas têm participação ativa no trabalho nas propriedades, desenvolvendo uma variedade de atividades, sendo elas agrícolas e não-agrícolas. Contudo, não são proprietárias das terras e também não fazem parte da tomada de decisão para a família, fato esse que está diretamente relacionado à desigualdade ainda fortemente presente no campo.

Mesmo acreditando que o trabalho desenvolvido por elas seja importante na manutenção das famílias, as agricultoras entendem ele como auxílio ao trabalho feito pelos homens, não dando o real valor para sua participação, contribuindo para que seu trabalho continue invisibilidade e conseqüentemente desvalorizado. Nesse sentido, é imprescindível a necessidade de políticas públicas e ações que contribuam para que as mulheres enxerguem seu protagonismo nas propriedades.

Estudos sobre a participação feminina, jornada de trabalho, dentre outras temáticas no campo, devem ser feitas para que possam auxiliar na melhoria das condições para as mulheres

rurais e que demonstrem sua importância na sobrevivência tanto das famílias quanto da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABAG Associação Brasileira de Agronegócio. **Todas as mulheres do agronegócio.** Disponível em: <http://www.abag.com.br/media/files/sumario-pesquisa-mulheres-do-agro-2017-compressed.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

AGUIAR, Vilenia V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016. 261 – 295.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: **CDS/UnB**, 2007.

Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar. Erechim: Editora Bota Amarela, 2015.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em 08 mai. 2018.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**. V.12 n.1 Florianópolis, jan/abril. 2004.

BUTTO, Andrea. **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania**1 **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania.** In: Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas. São Paulo: **Brasiliense**, 1987.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista de Estudos Feministas**. V.9 n.1 Florianópolis, 2001.

FARIA, Nalu. **Mulheres rurais na economia solidária** **Mulheres rurais na economia solidária.** In: Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Equidad entre gêneros em la agricultura y desarrollo rural: **Una guía rápida sobre la incorporación de las cuestiones de género en el nuevo marco estratégico de la FAO.** Roma, 2009.

GAVIRIA, M. R.; PEZZI, S. M. O poder simbólico da renda na mobilização social dos jovens de comunidades rurais. *In*: MENASCHE, Renata (org). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. P.43-57.

MESQUITA, Livia A. P., MENDES, Estevane P. P. Mulher na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia – MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. Mulher na agricultura familiar: a comunidade rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia-MG, out 15 a 19 2012.

PASTÓRIO, Inês T., ROESLER, Marli R. V. B. O papel da mulher no processo produtivo familiar com sustentabilidade. **6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. 2º Seminário de Direitos Humanos**. 15 a 18 de setembro de 2014. Unioeste Campus de Toledo, PR.

PERROT, Michelle. **Minha história de Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RAMOS, Crystiane P. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Gênero**, v.15, n.1, 2014.

RÖHNELT, P. B. C.; SALAMONI, G. O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Crises, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças, espaços de diálogos e práticas. Enf 2010. Porto Alegre, 25 a 31 de julho.

STADUTO, J. A. R.; NASCIMENTO, C. A.; SOUZA, M. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**. V.10 n.72 Bogotá, jul/dec 2013.

VILLWOCK, A. P. S.; GERMANI, A. R. M.; RONCATO, P. E. S. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. **Revista Alamedas**. V.4 n. 1 2016. Unioeste Paraná.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2013.